



68

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

1ª CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS Nº 0333255-2

AUTORIDADE COATORA: JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE RECIFE-PE

IMPETRANTE: EWERTON LUIZ ALMEIDA DE OLIVEIRA

PACIENTE: CLEBSON JOSÉ DA SILVA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: YÉLENA DE FÁTIMA MONTEIRO ARAÚJO

RELATOR: DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO

EMENTA: HABEAS CORPUS. ROUBO QUALIFICADO COM CONCURSO DE AGENTES. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PREVENTIVO E EXCESSO DE PRAZO NÃO RECONHECIDO NO CASO CONCRETO. APLICAÇÃO DAS SÚMULAS SÚMULA Nº 84 E 86 DO TJPE. DENEGAÇÃO DA ORDEM. DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos *habeas corpus* de n.º **0333255-2** em que figuram como partes as acima referidas, acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na sessão do dia / / 2014, **por unanimidade, EM DENEGAR A ORDEM**, tudo conforme consta do relatório e do voto digitado anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 27 de Maio de 2014.

Des. Odilon de Oliveira Neto
Relator



67

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

1ª CÂMARA CRIMINAL**HABEAS CORPUS Nº 0333255-2****AUTORIDADE COATORA:** JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE RECIFE-PE**IMPETRANTE:** EWERTON LUIZ ALMEIDA DE OLIVEIRA**PACIENTE:** CLEBSON JOSÉ DA SILVA**PROCURADORA DE JUSTIÇA:** YÉLENA DE FÁTIMA MONTEIRO ARAÚJO**RELATOR:** DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO**RELATÓRIO**

Trata-se de Habeas Corpus, com pedido liminar, impetrado em favor de CLEBSON JOSÉ DA SILVA preso em flagrante delito pela prática do crime previsto no art. 157, §2º, incisos I e II, do Código Penal Brasileiro.

Noticia a inicial que inexistem motivos para manutenção da custódia, tendo em vista que o paciente é primário, nunca foi envolvido com atos ilícitos, o que demonstra que sua vida não é ligada a qualquer associação criminosa, possui residência fixa e preenche os requisitos previstos em lei.

Pugnou, *in limine*, a revogação do decreto de segregação cautelar e a expedição do alvará de soltura, caso não seja deferido a liberdade provisória, que seja imposta ao paciente uma ou mais medidas cautelares previstas no art. 319, da lei nº 12.403/2011.

Liminar negada em decisão de fl.28. A autoridade coatora prestou informações de fls. 31/44.



68

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

A Douta Procuradoria, em seu parecer de fls. 49/52, **opinou pela denegação da ordem.**

É o que importa relatar.

Recife, 27 de maio de 2014.

Des. Odilon de Oliveira Neto
Relator





69

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

HABEAS CORPUS Nº 0333255-2**AUTORIDADE COATORA:** JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE RECIFE-PE**IMPETRANTE:** EWERTON LUIZ ALMEIDA DE OLIVEIRA**PACIENTE:** CLEBSON JOSÉ DA SILVA**PROCURADORA DE JUSTIÇA:** YÉLENA DE FÁTIMA MONTEIRO ARAÚJO**RELATOR:** DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO**VOTO**

Trata-se de Habeas Corpus, com pedido liminar, impetrado em favor de CLEBSON JOSÉ DA SILVA preso em flagrante delito pela prática do crime previsto no art. 157, §2º, incisos I e II, do Código Penal Brasileiro.

O cerne da questão se baseia na falta de fundamentação para manutenção do decreto preventivo. Pugna pela concessão da ordem, fundamentando, também, que o paciente preenche todos os requisitos para sua soltura, tendo em vista que é primário, nunca foi envolvido com atos ilícitos e possui residência fixa. Ao final, alegou genericamente excesso de prazo para formação da culpa.

Confessa na inicial a prática do roubo "...o acusado não tem o condão de contestar, uma vez que assume este ato ilícito".

As informações prestadas pela autoridade coatora de fls. 31/44, narra que o paciente fora preso por praticar o crime de roubo com mais outro comparsa, mediante uso de arma de fogo.

Relata, também, que todos os agentes, inclusive o paciente, ameaçaram de morte e proferiram ofensas aos caixas e as pessoas que estavam presentes naqueles estabelecimentos comerciais enquanto roubavam dinheiro do caixa e relógios dos clientes. Após o delito, os agentes se evadiram do local em uma moto a qual era pilotada pelo



70

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

paciente e outro carro, sendo os mesmos flagrados por policiais militares, após acionamento da polícia.

O juiz de piso proferiu sua decisão fundamentada na garantia da ordem pública e aplicação da lei penal, visando proteger a sociedade do cometimento de novos crimes.

De modo, que afirmo que a prisão cautelar do paciente se mostra necessária e adequada diante tanto do *modus operandi* como das circunstâncias que cercam o delito, agindo com graves ameaças, comunhão de desígnios com outro comparsa.

Logo, apesar de não ter antecedentes, não me parece ilegal ou excessiva a conclusão do perigo que representa a soltura do paciente.

Esta questão, como visto acima, restou bem delineada pelo juízo prolator do decreto prisional, que sopesou de forma correta estes aspectos.

Entretanto, ainda que as condições pessoais, sejam favoráveis ao paciente/acusado elas, não têm, em princípio, o condão de *per si*, garantirem a revogação da prisão preventiva, pois há nos autos elementos suficientes a demonstrar a necessidade da custódia antecipada, como ocorre neste caso.

Esse é o entendimento dos tribunais superiores e, em especial, da **Súmula nº 86 do TJPE**: "As condições pessoais favoráveis ao acusado, por si sós, não asseguram o direito à liberdade provisória, se presentes os motivos para a prisão preventiva".

Por fim, os autos principais encontram-se aguardando audiência no juízo de piso. E possui dois acusados, o que demonstra certa complexidade do feito.

Em igual entendimento, **esta Corte aprovou a Súmula 84**, assim redigida: "Os prazos processuais na instrução criminal não são



71

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

peremptórios, podendo ser ampliados dentro de parâmetros de razoabilidade e diante das circunstâncias do caso concreto”.

Por fim, em que pese à sugestão de aplicação de medidas cautelares na inicial, previstas no art. 319 do CPP, estas não me parecem adequadas ou suficientes para o caso em questão (art. 157, § 2º, incs. I e II, do CP – roubo qualificado em concurso de agentes).

Assim, não me resta outra alternativa a não ser a denegação da ordem, uma vez que o paciente não sofre constrangimento ilegal em sua liberdade de locomoção.

Ante o exposto, acompanhando o Parecer Ministerial, voto pela DENEGAÇÃO DA ORDEM, nos termos da fundamentação supra.

É como voto.

Recife, 24 de maio de 2014.

Des. Odilon de Oliveira Neto
Relator